

Texto publicado no livro organizado por Luís Carvalho Rodrigues, José França Martins e Tiago de Matos Fernandes, *Manual de Cooperação para o Desenvolvimento*, Oeiras, INA-Instituto Nacional de Administração, Dezembro de 2011.

## Alguns problemas do desenvolvimento

Adelino Torres



A área de estudo do “desenvolvimento” procura, numa perspectiva macroeconómica, analisar os grandes problemas dos países do Sul, mas, contrariamente ao que alguns ainda pensam, também pode tratar dos problemas que se encontram no Norte (pobreza, migrações, desequilíbrios regionais entre o rural e o urbano, etc.), propondo soluções que possam diagnosticar e posteriormente favorecer o progresso das sociedades numa abordagem “relacional” (Mohia 2008) das ciências sociais e da sua interacção.

No contexto do estudo do desenvolvimento encontram-se sempre duas noções principais e distintas: a de “*crescimento*” e a de “*desenvolvimento*”.

Bem entendido a noção de “desenvolvimento” não é nova. Já Adam Smith se lhe referia no contexto do seu tempo quando escreveu *A riqueza das nações* no século

XVIII e ela está igualmente implícita nas obras doutros autores clássicos antes mesmo dessa época.

No entanto, as “teorias do desenvolvimento” na sua acepção moderna no quadro das ciências sociais só tiveram uma real expressão epistemológica e relativamente coerente muito depois da 2ª Guerra Mundial. O acto de nascimento da “*economia do desenvolvimento*” é geralmente relacionado com o célebre artigo de Rosenstein-Rodan de 1943 publicado no *Economic Journal* sobre os problemas da industrialização na Europa de Leste e de Sudeste. Um pouco mais tarde as ideias de “desenvolvimento” foram aplicadas nos países do Sul, em particular depois das independências asiáticas e africanas, quando os novos países procuraram soluções para o atraso económico e social com que se defrontavam.

Os estudiosos que se empenharam então na batalha contra o subdesenvolvimento, especialmente depois dos anos 50 do século XX, tinham porém uma visão ainda demasiado restritiva desse “desenvolvimento” desejado, o qual era considerado de duas maneiras: por um lado o “desenvolvimento” era entendido como a transposição algo mecanista dos modelos aplicados nos países industrializados da Europa e dos EUA para os países recém-independentes, numa visão linear e, por assim dizer, positivista, ignorando a possibilidades das duas realidades poderem ser profundamente diferentes. Ainda nos anos 1980-90 o Fundo Monetário Internacional (FMI) aplicava esta filosofia através dos Planos de Ajustamento Estrutural (PAE).

W.W. Rostow com o seu influente livro intitulado *As etapas do crescimento económico* (1960) traduz essa percepção do desenvolvimento que foi ferozmente criticada na Europa nos anos 60, embora a obra tivesse mais interesse do que se geralmente se pretendeu. Nela Rostow enuncia cinco etapas que, a exemplo dos países industrializados, os países subdesenvolvidos deveriam necessariamente seguir: (1) *A sociedade tradicional*, ou seja uma sociedade agrícola, estacionária, onde a terra é a única fonte de riqueza e na qual as ciências e as técnicas têm pouco impacto; (2) *As condições prévias da mudança*, nas quais as ideias e os comportamentos começam a evoluir e os valores favoráveis ao progresso se difundem a pouco e pouco; (3) *A descolagem (“Take off”)* período durante o qual os antigos bloqueios “são vencidos”, a taxa de investimento duplica, surgem indústrias, o Estado desempenha um papel já significativo e o crescimento se auto-alimenta; (4) *A marcha para a maturidades* que

tem a sua tradução numa tecnologia moderna favorável às actividades económicas enquanto a produção se diversifica; (5) *A era do consumo de massa*, na qual as necessidades básicas são satisfeitas para toda a população, ao mesmo tempo que uma classe média numerosa acede ao consumo de bens duráveis e a um nível de vida elevado.

O livro de Rostow suscitou, como se disse, inúmeras críticas que o consideravam demasiado simplista, nomeadamente por esquecer os efeitos de destruturação económica e social provocados pelo colonialismo, fenómeno (sem falar do tráfico de escravos) de que os países desenvolvidos não tinham sofrido nas suas origens, sem contar muitos outros factores não económicos que podem explicar o “subdesenvolvimento” das ex-colónias. Porém, apesar dos ataques em grande parte justificados, é preciso reconhecê-lo, de que o livro de Rostow sofreu nos anos 60, algumas dessas objecções também esqueceram que várias ideias deste autor deveriam ter merecido mais abertura e tolerância, como por exemplo a sua chamada de atenção sobre o abandono da agricultura nas políticas económicas dos jovens países em benefício exclusivo de estratégias de industrialização frequentemente inadequadas como veremos mais adiante. Este argumento de Rostow, que não foi tomado em consideração na época, revelou-se justificado muito mais tarde, em especial na última década do século XX. Mas é evidente que a sua tese principal sobre um processo de desenvolvimento nos países do Sul por etapas, mimético ou equivalente ao que os países ocidentais teriam conhecido, não era realista. Apesar disso, ainda hoje os economistas neoliberais e as instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial consideram que existe uma só teoria, uma “*monoeconomia*” nas palavras de Albert O. Hirschman, válida tanto para os países desenvolvidos como para os países “em vias de desenvolvimento” (opinião que, embora noutra perspectiva, também recolheu o acordo parcial de Karl Marx), negando à *Economia do Desenvolvimento* e respectivas correntes teóricas por vezes bastante distintas umas das outras, um estatuto próprio, pelo menos nas suas vertentes interdisciplinares.

Por outro lado a noção de “*crescimento*” - expressão mais frequentemente então utilizada - era, ademais, fundamentalmente *quantitativa* e exclusivamente *económica* no sentido estrito do termo (as outras ciências sociais eram menosprezadas pelos economistas ou, quando muito, consideradas como contribuições marginais, negligenciáveis, na análise do desenvolvimento). Esta perspectiva, quando aplicada aos

países africanos, por exemplo, ignorava ou rejeitava mesmo que estes pudessem revelar uma complexidade própria, distinta da realidade histórica, política e social que tinha caracterizado os países ocidentais. Nas últimas três décadas esta percepção a nosso ver pouco satisfatória, foi evoluindo para uma maior flexibilidade teórica e empírica onde a multidisciplinaridade e, até, a interdisciplinaridade, têm uma relativamente maior aceitação por parte de muitos analistas (ver por exemplo A. O. Hirschman e, na economia institucional, G. Hodgson mas também Douglas North, François Perroux, Elias Ganagé, etc.).

Se, durante a primeira década das independências (anos 1960-70), os países africanos registaram taxas de crescimento assinaláveis em termos de crescimento devido em grande parte à forte progressão dos investimentos directos estrangeiros (IDE), muitos dos investimentos internos postos em prática pelas autoridades nacionais africanas também se revestiram demasiadas vezes de um carácter , no dizer de determinados autores, “megalómano” (os chamados “*elefantes brancos*”), que estavam longe de respeitar uma relação equilibrada em termos de custo-benefício como uma sã economia o teria exigido, dando assim início a um longo período de endividamento externo dos países africanos e inaugurando um “ciclo vicioso” (mais endividamento para amortizar dívidas anteriores) do qual muitos países ainda hoje não conseguiram sair apesar da iniciativa do chamado “*perdão da dívida*” iniciado há alguns anos pelos países ricos em benefício dos “países pobres muito endividados” (PPME), com resultados positivos nalguns casos, mas que continuam a não resolver a situação do endividamento dos restantes. Os PPME representam uma dívida de cerca de 10 % da dívida total do “Terceiro Mundo” onde figuram 41 países endividados. Entre esses 41 países, 33 pertencem ao continente africano.

A ajuda ao desenvolvimento, em especial a APD (Ajuda Pública ao Desenvolvimento) tenta colmatar os “buracos negros” de um endividamento a que só os “*países emergentes*” estão em condições de resolver (Brasil, Índia, China...), mas hoje mais do que nunca essa ajuda justifica-se pelo menos por duas razões: a primeira releva da solidariedade de interesses bem compreendidos e de necessidades mútuas (e não apenas dos PED). A segunda pertence ao domínio da *racionalidade económica*.

A solidariedade implica que, apesar dos progressos científicos e tecnológicos nos últimos 50 anos e dos enormes recursos financeiros mundiais disponíveis, a verdade é

que os 10 por cento mais ricos possuem 85 por cento do património mundial, enquanto que os 50 por cento mais pobres não chegam a deter 1 por cento. Esta tendência ao agravamento das disparidades no mundo contemporâneo quanto ao rendimento e património, constitui uma verdadeira “*fractura social global*” portadora de tensões susceptíveis de abrir caminho a incontáveis erupções no seio das sociedades que podem atingir uma extensão e uma profundidade imprevisíveis. Na história abundam os exemplos, desde 1789 até à revolução de 1917 na Rússia, passando pela China, pelas colónias na África e na Ásia em várias épocas, etc.

A ajuda ao desenvolvimento, pública e privada, por vezes tão contestada por correntes de opinião mais conservadoras nos países desenvolvidos é, vista de perto, finalmente bem menor, em termos relativos, do que por vezes se pensa. Por exemplo, os impostos nos países ricos representam cerca de 50 por cento do PIB contra uma Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) que pouco ultrapassa (com excepção dos países nórdicos) uns 0,3 por cento desse mesmo PIB.

No plano económico a ajuda nasce da necessidade de gerir no tempo um espaço comum (mundial) onde o destino de cada país está ligado ao destino de todos os outros num universo globalizado e interdependente onde as tecnologias de informação e comunicação (TIC) suprimiram o espaço e o tempo tornando os homens mais próximos uns dos outros, mesmo quando essa “proximidade” está carregada de ambiguidades...

Quer se queira quer não os “*bens públicos mundiais*” tornaram-se um património comum (consequências da deflorestação, emissões de CO<sub>2</sub>, aquecimento global, pandemias que percorrem o planeta em horas e todos atingem por igual, etc.). Portanto o desenvolvimento socio-económico passa necessariamente pela ajuda externa, fazendo com que a única verdadeira política pública à escala internacional é aquela que pode estender esses “bens comuns” a todos os domínios (clima, saúde, conflitos, etc.).

Desde que Rostow teorizou as etapas do crescimento económico, a ajuda ao desenvolvimento mudou de paradigma em três fases sucessivas:

(1) Na primeira, a ideia optimista de um processo de desenvolvimento linear e sempre num *trend* ascendente foi posta em causa com as crises económicas e as convulsões sociais e políticas que se sucederam nos últimos anos pelo menos. Em África, ao contrário do que se previa no início dos anos 80, a repentina queda dos preços das

matérias-primas combinada com um aumento das taxas de juro, abriu caminho à “*década perdida*” do desenvolvimento africano, demonstrando que a tese de Rostow era, no mínimo, prematura. Os retrocessos inesperados são portanto possíveis, como o demonstram as crises do comércio mundial a que os acordos de Doha não puseram cobro (e muito menos os acordos anteriores de Marrakech), as crises financeiras (Argentina), as guerras (Libéria, Líbano), as crises políticas (Costa do Marfim) e outros acontecimento de índole diversa mas sempre com repercussões económicas que desacreditam a imagem serena das “etapas” *rostowianas*...

(2) No seguimento da crise da dívida uma nova apreciação surgiu quanto à necessidade de minimizar as desigualdades por intermédio da “*luta contra a pobreza*”, dado ter-se tomado consciência de que as desigualdades mundiais não podem impunemente continuar a agravar-se sem riscos de uma eventual implosão social à escala nacional, continental ou, quiça, mundial. Foi assim que foi criado pela Nações Unidas em 2000 o movimento dos “*Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento*” (OMD) que deveriam ser concretizados em 2015. Mas é desde já claro que vários desses objectivos não poderão ser cumpridos pelos PED. Desde logo, a comunidade internacional terá que se substituir a esses países na prestação de serviços sociais indispensáveis para conservar o equilíbrio social e a paz, compensando, por assim dizer, de algum modo as frustrações decorrentes desse incumprimento forçado.

Esta medida corresponde a uma mudança profunda no contexto da ajuda ao desenvolvimento, na medida em que se deverá passar de uma ajuda baseada essencialmente na lógica do *investimento*, para uma ajuda que assume uma lógica de *redistribuição* da riqueza mundial.

(3) Ao mesmo tempo, tudo leva a crer que a terceira fase corresponde talvez a uma nova visão, segundo a qual, devido a múltiplas e crescentes “interdependências”, a ajuda ao desenvolvimento começa a ser vista como a aplicação de projectos que visam proteger os “*bens públicos mundiais*” que são património comum da humanidade (por exemplo, através de instrumentos como as taxas sobre os bilhetes de avião, o pagamento de serviços ecológicos ou a discutida – que continua a não ser aplicada – taxa Tobin sobre as transacções financeiras internacionais).

Por essas razões o desenvolvimento deixou de ser um objectivo apenas direccionado para os países do Sul (PED). Doravante será provavelmente um processo de

transformação de todos os sistemas socio-económicos do mundo, sem lugar para “*paternalismos*” obsoletos, onde as palavras de ordem terão de ser as de “*reciprocidade*”. e de “*parceria*”.

Até lá resta a lembrança e a lição de políticas económicas anteriores erradas, de desequilíbrios nas relações internacionais, de investimentos de produtividade insuficiente ou mesmo nula, acompanhados de uma deterioração dos termos de troca, devido às quais a situação económica dos países em desenvolvimento, nomeadamente africanos, piorou significativamente dos anos 1970 até finais do século XX pelo menos. O egoísmo e o paternalismo foram característicos de um longo período passado.

Concomitantemente, a situação política e social também se agravou em muitos países africanos. Apesar de um crescimento anual da ordem dos 5 % nos últimos anos, o qual, se a crise não se agravar no resto do mundo, poderá estar ameaçado a curto prazo. Em todo o caso verifica-se que, na prática, as medidas que tiveram sucesso nos países ocidentais mais desenvolvidos não se aplicam necessariamente, como se julgava, aos países do Sul cuja realidade é, em muitos aspectos, profundamente diferente.

Essa visão velha eurocêntrica, para não dizer mesmo etnocêntrica, foi curiosamente partilhada por muitos dirigentes políticos africanos formados nas universidades ocidentais e que tinham perdido contacto com as realidades africanas. No outro extremo do xadrez político, assistiu-se igualmente ao aparecimento de novos chefes, muitos deles saídos das fileiras militares (Amin Dada) ou com origens diversas que escolheram adoptar costumes e regras ditas “*tradicionais*” obsoletas e populistas que, na maioria dos casos, constituíram recuos na evolução para a *modernidade* (o célebre movimento dito da “*autenticidade*” do Presidente Mobuto na República Democrática do Congo (ex-Zaire), foi certamente um desses símbolos.

Ainda sobre a diferença entre “crescimento” (abordagem quantitativa) e “desenvolvimento” (visão qualitativa), é conveniente lembrar que os dois conceitos suscitaram ásperos debates entre os cientistas sociais.

É de admitir que a polémica esteja hoje em grande parte ultrapassada na medida em que, por um lado, parece difícil conseguir um desenvolvimento efectivo sem crescimento e, por outro lado, o crescimento terá sempre efeitos, directos e indirectos, no próprio desenvolvimento, ou pelo menos nalgumas das suas vertentes, incluindo nas

modalidades da redistribuição do rendimento nacional. As duas noções são, de toda a evidência, inseparáveis.

De uma maneira geral as dificuldades nos chamados “Países em Desenvolvimento” (PED) têm causas de vária ordem. É indispensável lembrar que desde o início do processo das independências, a dramática falta de recursos humanos qualificados – nesse plano como noutros a responsabilidade do colonialismo foi enorme - condenou durante muito tempo os Estados à inoperância e a uma sucessão de erros com custos incalculáveis.

Também a capacidade de intervenção dos novos Estados independentes nos mercados internacionais e na maioria das negociações que aí têm lugar era (e continua a ser) demasiado fraca. Basta pensar que a totalidade das exportações de matérias-primas são cotadas nas bolsas internacionais (Londres, Paris, Nova Iorque, Tóquio...) e que, portanto, as flutuações dos preços escapam completamente ao controlo dos PED.

Podemos acrescentar ainda, noutra ordem de ideias, que o controlo de poder interno por parte de grupos onde os elementos “religioso” ou “étnico” (mesmo quando este esconde o “factor político” que é frequentemente o verdadeiro eixo da acção dos diversos poderes) podem desempenhar uma função particularmente negativa e anti-desenvolvimentista e até “anti-progresso”, como o exemplo do genocídio no Rwanda ou os confrontos na Nigéria entre o Norte muçulmano e o Sul cristão o demonstram.

De igual modo, a conquista do aparelho do Estado por determinados ditadores (Amin Dada no Uganda, Mobuto no ex-Zaire, etc. ) adultera completamente a noção de “democracia”, ainda que nos últimos anos a situação de vários países africanos e doutros continentes tenha de algum modo melhorado.

Também as manobras dos interesses – em regra de firmas transnacionais - instalados nas ex-Metrópoles, pouco favoráveis a uma real autonomia económica das suas antigas colónias, também constituíram elementos de perturbação.

Quanto às orientações políticas internas, os países africanos, por seu turno, enveredaram na generalidade dos casos por dois caminhos: a *via para o “socialismo”* e a *via de um “capitalismo” de Estado* (mais de índole patrimonial do que concorrencial), a primeira das quais, sobretudo com a “guerra fria” como pano de fundo, sobreviveu até à queda do muro de Berlim



Por razões diversas as duas “vias” fracassaram em larga medida ou mesmo completamente como aconteceu com a pretendida “*via para o socialismo*”.

Note-se, de passagem, entre as modalidades de “socialismo africano”, a experiência célebre das *Ujamaa* na Tanzânia sob a égide do presidente Julius Nyerere. Este foi o único dirigente a tentar levar efectivamente à prática um “comunitarismo” africano para atingir uma sociedade mais igualitária (vd. Goren Hyden, *African Politics on Comparative Perspective*, Cambridge, 2006). Mas o seu voluntarismo assaz irrealista resultou num verdadeiro desastre para o país. O mesmo aconteceu mais tarde em Moçambique com as “*Aldeias Comuns*”, descendentes das *Ujamaa*. Devido a limitações internas conjugadas com circunstâncias externas, durante o século XX os países pobres endividaram-se e as populações ficaram entregues à sua sorte e, em muitos casos, à mercê de regimes políticos arbitrários e repressivos, por vezes ainda piores do que aquele que vigorava no sistema colonial, especialmente devido às guerras civis que assolaram muitas partes do continente africano.

De igual modo, nas nações que foram poupadas a essas catástrofes, as estratégias de industrialização que entretanto foram postas em prática até aos anos 1980 ou se prolongaram para além desse período, mostraram a sua completa ineficácia, mesmo quando os esforços dos responsáveis políticos eram inegáveis e meritórios. Em muitos casos, os efeitos perversos de “*ideologias*” (a obra de Franz Fanon, ainda que compreensível na sua revolta, foi um dos elementos mais influentes nesse âmbito), explicáveis no contexto da época mas pouco realistas, estiveram na origem desses desaires, agravando nas décadas seguintes os seus efeitos mais nocivos.

No campo económico e social as três principais estratégias de industrialização postas em prática foram essencialmente: *A estratégia de industrialização por substituição de exportações (ESI)*; *a estratégia de promoção das exportações (EPE)* e *a estratégia das indústrias industrializantes (EII)*.

As duas últimas pouca repercussão tiveram em África. A estratégia de substituição de importações (ESI) foi, de longe, a mais influente e comum nos países africanos, asiáticos e latino-americanos (neste último continente ela já era praticada desde a *Grande Guerra*), como também no Médio Oriente onde, aliás, as políticas económicas tiveram muitas semelhanças com as aplicadas na África Sub-Saariana. Esta estratégia significava uma industrialização que fosse capaz de produzir os bens até então

importados, para abastecer com maior autonomia os mercados internos de cada país.. A ideia obedecia a uma lógica que, em termos formais, parecia ter todo o sentido. Esse processo teve igualmente lugar na Coreia do Sul nos anos 1950.

Mas, ao contrário do que as instituições internacionais (FMI, Banco Mundial) querem por vezes fazer crer (segundo elas a Coreia do Sul teria tido *sempre* uma política económica liberal e aberta ao mercado mundial, daí o seu sucesso) a realidade foi um pouco diferente.

Na realidade a Coreia do Sul adoptou a ESI durante cerca de uma década depois da 2ª Guerra Mundial e, ao abrigo de barreiras alfandegárias e de um proteccionismo vigoroso, iniciou as reformas para reestruturar a sua economia e a sociedade no seu todo. A diferença fundamental e decisiva entre a Coreia e os restantes países do Sul, nomeadamente africanos e do Médio Oriente, é que aquela tomou a ESI como um *meio* e não como um *fim*. Assim que conseguiu, em cerca de uma década, preparar as estruturas internas susceptíveis de fazer face à concorrência internacional (educação intensiva, fundação de universidades, formação de quadros técnicos, transferência intensiva de tecnologia ocidental, progressão científica e cultural acelerada, indústrias competitivas, etc.), a Coreia do Sul passou rapidamente para a estratégia de promoção de exportações (EPE) numa visão aberta e relativamente liberal.

O caminho seguido pelos países africanos e pela generalidade das regiões do Sul já citadas foi radicalmente diferente. Ao confiarem exclusivamente na ESI, esqueceram-se que os seus mercados internos, nos quais confiavam imprudentemente, eram demasiado limitados, quer porque na maioria deles (com excepção da Nigéria e da África do Sul) o número de habitantes era demasiado pequeno (muitos países africanos não contavam com mais de 1 ou 2 milhões de habitantes, havendo outros ainda menos povoados), quer porque a generalidade da população não tinha suficiente poder de compra para constituir uma procura solvente susceptível de adquirir os bens que fossem produzidos, incluindo os bens de consumo.

O problema não estava porém na ESI enquanto tal, como ainda hoje muitos teóricos neoliberais pretendem, que era uma solução lógica e ademais compreensível nos planos social e humano, para não falar do económico, mas no facto desta orientação ter sido erradamente vista como *um fim em si* e não como um *meio* temporário, a exemplo da Coreia do Sul. O único remédio que poderia ter sido adoptado pelos países africanos e

doutras regiões era o de uma “*integração regional*” que abrisse os espaços económicos a espaços regionais mais alargados e a uma reestruturação económica profunda que transformasse as economias concorrenciais (os países africanos produziam quase todos os mesmos produtos) em economias complementares.

Quanto ao esforço de integração regional, este começou a ser feito na comunidade da África Oriental constituída pela Tanzânia, Quénia e Uganda (“Acordos de Kampala” de 1964) onde a colonização inglesa tinha deixado as estruturas produtivas e as infra-estruturas apropriadas a essa complementaridade, contexto que os respectivos governos não souberam aproveitar depois das independências por razões políticas que não é possível analisar aqui.

Na África ocidental e central este processo de integração regional foi, de facto, iniciado em 1975, com a criação, entre as principais iniciativas, da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) e da CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central), zonas que se transformaram mais tarde em espaços económicos e monetários dentro da chamada Zona Franco. Citemos ainda a SADCC (Southern Africa Development Coordination Conference) que não era uma zona de “integração” mas apenas de “cooperação”, criada então por motivos políticos no quadro da luta dos países da África Austral contra a África do Sul (RAS) do apartheid.

Por razões políticas e económicas as integrações regionais pouco avançaram desde 1975 e o seu futuro é ainda hoje muito incerto, mesmo quando diversos autores reconhecem que a integração regional é, a par da Democracia, uma condição *sine qua non* do desenvolvimento africano

Por outro lado, ainda é habitual, quando se fala de “desenvolvimento”, ter quase que exclusivamente em atenção o factor *económico*. No entanto, essa visão *mono-disciplinar* afigura-se hoje em dia demasiado parcelar e mesmo redutora, embora a economia seja efectivamente um elemento fundamental a considerar.

Numa perspectiva moderna é cada vez mais importante ter em conta uma abordagem sistémica dessa realidade, contrariamente às análises dos primórdios do processo de desenvolvimento nos anos 1950 quando os autores procuravam numa só causa, ou num escasso número de causas, as origens do subdesenvolvimento.

No entanto, os factores políticos, jurídicos ou institucionais desempenharam igualmente uma função decisiva na alteração das condições sócio-económicas africanas, umas vezes representando progressos inegáveis em vários aspectos, outras contribuindo para desestruturar as sociedades tradicionais, o que, como mais tarde se começou a compreender, atingiu o cerne das culturas africanas e abalou os seus fundamentos, ferindo a identidade dos povos e contribuindo porventura para a instabilidade das sociedades actuais ou, pelo menos, influenciando os processos de desenvolvimento em curso.

São igualmente relevantes a liberdade e a mobilidade do trabalho, elementos cruciais no estágio de desenvolvimento dos PED, como é visível no estatuto hereditário do emprego, na persistência do sistema de “castas” na Índia e mesmo em África, nos privilégios decorrentes do nascimento ou da prática da escravatura (Mauritânia e Sudão entre outros) que ainda hoje caracterizam determinados PED e constituem verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento.

É igualmente decisivo o conceito de “unidade nacional” e a existência de um Estado central que se sobreponha aos interesses particulares dos indivíduos, das regiões ou das etnias. Quando os Estados não são respeitados, as políticas de desenvolvimento encontram dificuldades acrescidas na sua execução, como se verifica na persistência da corrupção..

As mentalidades, os sistemas de valores, as religiões e as doutrinas filosóficas podem favorecer ou opor-se a um verdadeiro desenvolvimento no sentido lato e mais favorável do conceito, sobretudo na ausência de minorias dinâmicas que possam induzir novos procedimentos de racionalidade económica, que tenham em conta os objectivos de poupança e de acumulação e não apenas critérios de consumo. Entre essas minorias há já muitas regiões africanas que, por exemplo, organizam as *Tontines* (sistemas de poupança cooperativa na África Ocidental), uma classe média africana qualificada e cada vez mais numerosa, bem como minorias de comerciantes expatriados que dão uma forte contributo para a actividade económica.

Os problemas do ainda por vezes chamado “Terceiro Mundo” já não podem hoje ser apreciados exclusivamente na óptica interna de cada país, como acontecia durante grande parte do século XX, mas na inter-relação entre o “interno” e o “externo”, ou seja na perspectiva da conjugação dos dois factores – os problemas internos de

desenvolvimento conjugados com a situação internacional em que, nesta época de *globalização*, todos os países estão inseridos, tanto os pequenos como os grandes.

Autores como Susan Strange tinham oportunamente chamado a atenção para os perigos de “simplificação” excessiva que o liberalismo anunciava. Vemos hoje que havia fortes razões para fazer soar campainhas de alarme na paisagem aparentemente serena onde o liberalismo (e até o ultra-liberalismo) imperava há 20 ou 30 anos à sombra de figuras tutelares da Escola de Chicago ou do *Consenso de Washington*...



Os acontecimentos recentes tanto no Maghreb e no Médio Oriente como em África não devem necessariamente conduzir a uma visão pessimista sobre as perspectivas de desenvolvimento nos PED.

É aqui que surge a noção de “*Renascimento Africano*”, conceito lançado na África do Sul por Nelson Mandela e pelo então presidente M´Beki, e que deve ser considerado não como um objectivo imediato, mas como um projecto de longo fôlego, realista e porventura exequível nos próximos 30 ou 40 anos se houver vontade política dos africanos para o levarem avante.

Esse “*Renascimento*” é, cremos, possível, e talvez mesmo provável pois assenta em fundamentos sérios.

Entre eles sublinha-se a importância do factor demográfico. A população africana, com a taxa de crescimento natural que actualmente conhece, progride a um ritmo verdadeiramente exponencial. Tendo já atingido mil milhões de habitantes, calcula-se que chegará aos 2 000 milhões em meados do século XXI o que fará deste continente o mais populoso do mundo. Mas, mais importante ainda, cerca de 50 por cento dessa população terá menos de 20 anos, juventude que deve ser comparada com a população extremamente envelhecida e provavelmente em declínio da Europa.

Por outro lado é neste continente que se encontra a maior parte das matérias-primas, incluindo as matérias-primas estratégicas, indispensáveis ao desenvolvimento económico e tecnológico que será o elemento central do desenvolvimento moderno neste século.

Ao mesmo tempo muitos países africanos contam já com uma classe média talentosa e altamente qualificada, relativamente numerosa e que conhece um rápido crescimento. As minorias dinâmicas a que nos referimos anteriormente são agora, e cada vez mais, constituídas por jovens africanos que parecem ser capazes de materializar as teses de Schumpeter e de Max Weber transpostas desta vez para o continente africano.

É certo que a ideia desse “*Renascimento*” é ainda por enquanto um hipótese. Mas é uma hipótese que começa já a ser verificada e não uma opinião abstracta. Se ela se confirmar nos próximos anos a questão do desenvolvimento nos países do Sul, nomeadamente em África, colocar-se-á em moldes radicalmente diferentes e, dentro de duas ou três gerações, surpreenderá o mundo.